

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.608 - CE (2019/0295455-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : SEVERO FERNANDEZ CARNERO (PRESO)
ADVOGADOS : ANA VIRGÍNIA PORTO DE FREITAS - CE009708
ITALO COELHO DE ALENCAR - CE039809
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por SEVERO FERNANDEZ CARNERO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no HC n. 0628015-24.2019.8.06.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo sido ainda a prisão em flagrante convertida em preventiva; foram apreendidas 40g (quarenta gramas) de cocaína e 2g (dois gramas) de haxixe, além de R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais), papel alumínio e balança de precisão (e-STJ fl. 24).

Contra tal decisão a defesa do recorrente impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 61):

HABEAS CORPUS. ART. 33 DA LEI 11.343/06. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. ATO REALIZADO. MATÉRIA SUPERADA. PARCIAL CONHECIMENTO. ORDEM DENEGADA.

1. A ausência de fundamentação frustra a ideologia democrática das decisões jurisdicionais e por isto deve ser fulminada com a nulidade. No entanto, isto não ocorre no caso dos autos.
2. O decreto preventivo em dado concreto, extraído dos autos, que evidencia a necessidade da segregação cautelar da paciente, sobretudo pela ausência de vínculo efetivo do paciente, que é estrangeiro, com o Brasil, justificando a necessidade de garantia da instrução processual e aplicação da lei penal
3. O fato do paciente ser portador do vírus HIV não é suficiente para revogação de sua prisão. Não há prova efetiva de condição de extrema debilidade ou impossibilidade de tratamento na unidade prisional em que se encontra.

4. Com relação a nulidade por ausência de realização da audiência de custódia, em consulta ao processo pelo SAJPG, verifica-se que no dia 01/08/2019 foi realizado o referido ato. Dessa forma, no ponto, encontra-se superada a alegação de constrangimento ilegal por ausência de realização da audiência de custódia, restando prejudicado o writ pela perda de objeto.

5. Ordem parcialmente conhecida e denegada.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer parcialmente da ordem e denegá-la, nos termos do voto da Relatora.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa afirma que a tramitação do *habeas corpus* deve ser prioritária em virtude de o recorrente ser portador do vírus HIV, além de ser resguardada por segredo de justiça.

Ademais, sustenta que o recorrente, "por ser consumidor contumaz da droga, para não correr diariamente os riscos inerentes a este comércio ilícito, decidiu comprar uma quantidade que fosse suficiente para usar por cerca de um mês. A balança que fora encontrada tinha o único e exclusivo fim de pesar as doses diárias de uso. Os demais objetos encontrados são utensílios de uso doméstico que não evidenciam seu uso para o tráfico" (e-STJ fl. 74).

E acrescenta que "o paciente é aposentado, segundo comprova documento em anexo, sem antecedentes criminais (fls. 15), com residência fixa na Espanha, documento probatório em anexo, dependente químico há várias décadas, conforme comprova laudo médico em anexo, e foi encontrado com pequena quantidade de drogas (fls. 5), quando veio passar a temporada como turista em Canoa Quebrada" (e-STJ fl. 75).

E conclui que, "em função disso, não pode manter-se a prisão preventiva, por estarem ausente o *fumos boni iuris*, requisito essencial elencado pelo art. 312 do CPP" (e-STJ fl. 78), e que, "havendo receio que o estrangeiro saia do país, a retenção de seu passaporte já é medida suficiente para elidir essa possibilidade e garantir a regular instrução processual, não se justificando a decretação de medida mais extrema, prisão preventiva, para alcançar-se mesmo objetivo (e-STJ fl. 80).

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, "a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA do paciente, mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, como a retenção de seu passaporte, com a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor do paciente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos do processo-crime' (e-STJ fl. 84).

Liminar indeferida (e-STJ fls. 95/98) e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 130/134).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Tal como noticiado pelo Ministério Público Federal, informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem dão conta da superveniência de sentença condenatória em desfavor do recorrente, a qual substituiu a sanção corporal por restritivas de direitos, expedido o competente alvará de soltura.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator